

INTRODUÇÃO AO NÚMERO ESPECIAL

A organização em Lisboa do 12º Simpósio da International Urban Planning and Environment Association (IUPEA)¹², subordinado ao tema Cidades para nós. Envolver comunidades e cidadãos no desenvolvimento sustentável, realizado pela primeira vez numa cidade lusófona, criou a oportunidade, e colocou o desafio, de organizar o 1º Simpósio Lusófono em Planeamento Urbano e Ambiental³ como evento paralelo ao simpósio internacional integrado nas actividades da associação.

O tema do Simpósio surge num momento em que as cidades se assumem não só como espaços líderes na concentração de capital e inovação, mas também como espaços de exclusão social e de iniquidade no acesso a bens e serviços. O 12º Simpósio pretendeu discutir estas temáticas mas na perspectiva dos cidadãos, das suas necessidades e capacitações, defendendo um planeamento urbano sustentável, capaz de promover uma nova visão das cidades e regiões em contextos de crise de origem humana ou natural.

Nos países de língua portuguesa, pela juventude dos sistemas de planeamento, tanto ao nível dos instrumentos de ordenamento do território em diferentes escalas como nas estruturas de governança, estas questões assumem uma enorme relevância, pois nestes países a rápida urbanização acentuou problemas chave como a escassez no fornecimento de serviços de saúde e educação, a carência de infraestruturas e serviços de transporte e mobilidade, a falta de saneamento, a insuficiente oferta de habitação a custos acessíveis para os vários segmentos da população, demandam por novas abordagens e por um novo paradigma de planeamento multinível. É neste contexto, que surge o 1º Simpósio Lusófono em Planeamento Urbano e Ambiental, evento que decorreu em 31 de Maio, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, organizado em dois painéis para apresentação de trabalhos, subordinados aos temas: “Planeamento urbano para o desenvolvimento

¹ <http://iupea2016lisbon.wixsite.com/upe12symposium-pt>

² Os eventos foram organizados pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST), ambas instituições da Universidade de Lisboa (ULisboa), em associação com a IUPEA, nos dias 31 de Maio a 3 de Junho, nas instalações do IGOT.

³ <http://iupea2016lisbon.wixsite.com/upe12symposium-pt/temas-pe3dt>

sustentável em contextos lusófonos” e “Experiências de governança multinível para o desenvolvimento urbano e ambiental sustentável”.

O primeiro painel promoveu a apresentação de trabalhos que discutiam questões chave ligadas aos territórios tais como: “Quais os principais problemas que cobrem esses territórios?”; “Quais os principais conflitos que estão a emergir?”; e “Como se organizam os sistemas de planejamento urbano do ponto de vista jurídico e instrumental relacionados com o desenvolvimento sustentável?”.

O segundo painel enquadrou uma temática mais específica em torno da governança e do planejamento multinível. Procurou-se com este painel, aprofundar o conhecimento em termos das políticas implementadas em regiões e em estruturas locais ou municipais, que demonstrem a importância e a eficácia de desenvolver a intersectorialidade e a integração de vários níveis da administração na gestão das políticas públicas. Neste contexto, o painel, teve como ponto de partida as seguintes questões: “Quais os paradigmas de desenvolvimento urbano sustentável e ambiental, colocados em abordagens de ordenamento do território multinível e integradas?”; “Quais são os desafios para a governança multinível?”; “Que inovações e experiências de atuações envolvendo vários níveis da administração nos territórios podemos encontrar?”.

Enquadrados por estas temáticas, o evento reuniu 24 comunicações, contando com a participação de colegas do Brasil, de Portugal e de Moçambique, para além de duas sessões plenárias, que estiveram a cargo do Professor Jorge Gaspar, Universidade de Lisboa-Portugal, e da Professora Judite Nascimento, Universidade de Cabo Verde - Cabo Verde.

O presente número reúne vinte um artigos, dez artigos que resultaram maioritariamente das comunicações apresentadas em Lisboa e refletem o que se tem vindo a desenvolver no âmbito do Planeamento Urbano e Ambiental no mundo que fala o Português.

Os primeiros quatro artigos centram-se sobre a identificação e caracterização dos problemas de exclusão e vulnerabilidade social das cidades e regiões urbanas, ensaiando-se metodologias inovadoras

para a sua definição e mensurabilidade. Partindo da análise da cidade Maceió, D. Calvancanti discute uma das dimensões da vulnerabilidade social, introduzindo o conceito de territorialização da pobreza, como o resultado da relação entre as áreas de residência informal ou precária e a presença de população de baixa renda.

Na continuidade da abordagem à medição dos fenómenos de vulnerabilidade social, F. Malta, E. Marques da Costa e A. Magrini, apresentam uma proposta de índice de vulnerabilidade socio ambiental aplicada ao município do Rio de Janeiro, que resulta da combinação do índice de vulnerabilidade social (ele mesmo sintetizando vários indicadores relativos à caracterização social das populações) e um índice de natureza ambiental, relativo ao escorregamento, que no caso do Rio de Janeiro, apresenta fortes impactes nas parcelas do município ocupadas com vastas áreas de residência informal, acentuando a situação de vulnerabilidade social já existente.

As propostas metodológicas no domínio da vulnerabilidade têm continuidade nos dois artigos seguintes, mas desta vez, aplicadas à escala regional. C. Gonçalves, tomando como caso de estudo o sistema urbano do Oeste, região portuguesa localizada a norte da Área Metropolitana de Lisboa composta por pequenas e médias cidades, procura validar a existência de uma relação entre as práticas de governança (nomeadamente pelas oportunidades ou constrangimentos que estas condicionam) e a maior ou menor resiliência das comunidades, evidenciando o papel que a percepção e participação das populações têm nessas práticas e na configuração de modelos mais resilientes.

No quarto artigo, L. Oliveira, E. Marques da Costa e V. Ribeiro Filho, tomando como área de estudo as microrregiões geográficas do Estado de Minas Gerais, e como ponto de partida cinco dimensões consideradas como determinantes da vulnerabilidade social (demografia e estrutura urbana; renda e trabalho; infraestrutura e saneamento; educação; e saúde), apresentam uma tipologia de territórios com distintos perfis, comprovando a existência de disparidades intra e inter regionais em vários sectores de atuação pública como sejam a educação, a saúde e infraestrutura básica.

Os quinto e sexto artigos centram-se na temática do transporte e mobilidade em regiões metropolitanas e no seu contributo para as políticas urbanas sustentáveis. D. Cunha, N. Marques da Costa e C. Barreira atentam o leitor para a necessidade de fazer coincidir a delimitação das regiões metropolitanas instituídas por lei com as suas estruturas de governança. Essa importância é evidenciada no estudo do sistema de transporte colectivo da Região de Goiânia, o único com gestão metropolitana, que assume um papel fundamental na estruturação da região funcional.

O estudo sobre a Área Metropolitana de Lisboa, de A. Louro e N. Marques da Costa, apresenta uma outra perspectiva para a avaliação do contributo do transporte para a sustentabilidade urbana, enquadrando-a no movimento das cidades saudáveis, movimento liderado pela Organização Mundial de Saúde, que procura orientar o desenvolvimento urbano no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida às populações que nelas residem.

Os quatro artigos restantes entram na linha das políticas, discutindo as intervenções ao nível do planeamento e da governança do território, analisando os instrumentos, as acções e os resultados da sua implementação ao nível municipal e regional.

O texto de E. Borges, C. Barreira e E. Marques da Costa reflecte sobre a problemática da habitação social na Região Metropolitana de Goiânia, e a importância que as várias políticas detiveram na evolução da produção de residência para vários grupos sociais.

Sobre o papel dos planos directores como instrumento de gestão municipal, surge o texto de W. Lopes, A. Lima, B. Viana, W. Neto, R. Nogueira, aplicado aos casos de União e Beneditinos, Piauí, que enfatizam como estes instrumentos vieram fomentar uma priorização dos gastos com a melhoria dos serviços básicos como educação, habitação, saúde e saneamento, e o texto de L. Diniz, M. Veras, que demonstram como o plano director foi fundamental no enquadramento do processo de reestruturação económica do sector norte de Belo Horizonte, dando lugar à expansão de novas actividades económica, emprego e à expansão residencial.

O presente número fecha com um artigo de H. Azevedo, S. Nhantumbo e E. Banze, centrado na análise da implementação do Plano Estratégico do Município de Inhamba (2009-2019) que define acções concretas de desenvolvimento local para todos os sectores sociais e económicos desta autarquia, destacando o sector do turismo nesse processo.

Deixamos aqui o convite a desfrutarem destas leituras.

Nuno Marques da Costa, Universidade de Lisboa (UL)

Eduarda Marques da Costa, Universidade de Lisboa (UL)

Glaucio Jose Marafon, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Os organizadores